

CLIPPER BOOK MIRANDA				 Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
MEDIA	EXPRESSO (Supl. Economia)			
Nº PAG.	38	DATA	18 fevereiro 2017	

1 ÁUSTRIA

OPEP puxa pelos preços do petróleo, mas não muito

Os cortes na produção fizeram subir os preços no imediato, mas agora estabilizaram. Os EUA podem baralhar tudo

ZIGZEGAGUE NO PETRÓLEO

Preço do crude em dólares por barril



1 — PREÇO MÍNIMO EM 12 MESES; 2 — REUNIÃO FRACASSADA DA OPEC, PARA CONGELAR PREÇOS; 3 — ACORDO DA OPEC PARA CORTES NA PRODUÇÃO; 4 — RÚSSIA CONCORDA COM A OPEC E ALINHA NOS CORTES; 5 — OPEC DIZ QUE OS CORTES ESTÃO A RESULTAR

FONTE: THOMSON REUTERS DATASTREAM

O dilema não é de fácil resolução. Ao reduzir a produção de petróleo, como está a fazer desde o dia 1 de janeiro deste ano, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) até pode impulsionar os preços do barril para cima. O que se passa é que, em simultâneo, está a dar trunfos aos produtores que estão fora do cartel — em especial aos norte-americanos — pois dessa forma torna mais rentáveis muitas das explorações de *shale* (petróleo e gás de xisto) naquele território. Ora, se a produção norte-americana aumentar — como, aliás, já está a acontecer — de pouco irá valer a política de cortes empreendida pela OPEP (com a colaboração preciosa da Rússia, 'não OPEP') para puxar os preços para cima.

E, na verdade, depois de a cotação do barril de petróleo ter subido perto de 22% nos primeiros 12 dias a seguir ao anúncio do acordo — dos 46 para os 56 dólares por barril — praticamente estacionou na casa dos 55 dólares/barril (no caso do Brent) e nos 53 dólares/barril (para o crude).

Ainda assim, esta semana a OPEP congratulou-se com a notícia da Agência Internacional da Energia que dava conta do cumprimento do acordo do cartel em cerca de 92%. Alguns dados veiculados pelos mercados até chegaram a apontar para uma superação das metas propostas em novembro e que estabeleciam uma redução da produção diária dos então atuais 33,6 milhões de barris para 32,5, assegurando que os cortes teriam levado a produção diária para os 32,1 milhões de barris.

No cruzamento de toda esta informação está um facto que é irrefutável: a OPEP já não manda no petróleo como mandou nas décadas de setenta e oitenta do século passado. Aliás, apenas controla cerca de 1/3 da totalidade do mercado mundial, pelo que se torna cada vez mais difícil àquele cartel agir como tal na formação dos preços.

Como referia ao Expresso há

duas semanas Agostinho Pereira de Miranda, especialista em energia, torna-se agora claro que a OPEP só conseguirá mexer no preço com a ajuda dos países produtores que estão fora do cartel. Aliás, referia ainda que a OPEP não é mais que uma espécie de "cartel burocrático. Deixou de pensar no petróleo como uma arma de condicionamento dos consumidores para passar a ser, por regra, uma organização com objetivos de política regional", não mais que isso.

Uma das ajudas mais importantes que a OPEP conseguiu fora de portas foi a da Rússia, que se comprometeu a efetuar cortes da ordem dos 300 mil barris diários na respetiva produção. O valor é significativo e até se estima que possa estar a ser cumprido a cerca de 70% ao fim do primeiro mês. Mas levantam-se aqui outras questões que têm a ver com o facto de saber se estas informações são fidedignas.

Até ao final do século passado o controlo da informação era feito através da declaração que os países produtores faziam quanto à sua produção e ficava-se por ali. Mas como esta informação tinha (e tem) um efeito direto na estatura internacional de cada país começou a suspeitar-se de manipulação de números. É aqui que entra a ONU com a criação de um organismo próprio chamado JODI (que integra várias entidades como o Eurostat ou a AIE, para além da própria OPEP). E a verdade é que passou a haver uma observação mais apertada sobre as informações prestadas pelos países produtores de petróleo.

E desse escrutínio que agora se esperam dados tão credíveis quanto possível. Depois, é esperar para ver o alcance dessa informação e também o alcance do acordo da OPEP que, para já, irá manter-se até final de junho. Se for preciso — e segundo a OPEP — renova-se por mais seis meses.

VÍTOR ANDRADE

vandrade@expresso.imprensa.pt